



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COLOG – Ba Ap Log Ex
BATALHÃO CENTRAL DE MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO BATALHÃO
MARECHAL DUTRA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

(Processo Administrativo nº 64619.000138/2026-71)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de insumos para as oficinas de carpintaria e serralheria do BCMS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QTD	Valor Unit.	Valor Total
1	Prego Com Cabeça Material: Ferro Comum, Tipo Cabeça: Liso, Tipo Corpo: Liso, Tipo Ponta: Comum, Acabamento Superficial: Polido, Bitola: 8X8	290402	Quilograma	10	R\$ 26,12	R\$ 261,20
2	Prego Com Cabeça Material: Aço, Tipo Cabeça: Chata, Tipo Corpo: Liso, Tipo Ponta: Comum, Bitola: 10 X 10	317914	Quilograma	10	R\$ 49,68	R\$ 496,80
3	Prego Com Cabeça Material: Arame Para Prego, Tipo Cabeça: Cônica Axadrezada, Tipo Corpo: Liso, Tipo Ponta: Diamante, Acabamento Superficial: Polido, Bitola: 11 X 12	240505	Quilograma	10	R\$ 20,55	R\$ 205,50

4	Prego Com Cabeça Material: Aço, Tipo Cabeça: Chata, Tipo Corpo: Liso, Tipo Ponta: Comum, Bitola: 15 X 15	317911	Quilograma	10	R\$ 22,57	R\$ 225,70
5	Prego Com Cabeça Material: Aço, Tipo Cabeça: Chata, Tipo Corpo: Liso , Tipo Ponta: Comum, Bitola: 13 X 18	317913	Quilograma	10	R\$ 21,00	R\$ 210,00
6	Prego Com Cabeça Material: Aço, Tipo Cabeça: Chata, Tipo Corpo: Liso, Tipo Ponta: Comum, Bitola: 16 X 24	317907	Quilograma	10	R\$ 18,25	R\$ 182,50
7	Prego Com Cabeça Material: Aço, Tipo Cabeça: Chata, Tipo Corpo: Liso, Tipo Ponta: Comum, Bitola: 17 X 27	317910	Quilograma	10	R\$ 19,89	R\$ 198,90
8	Prego Com Cabeça Material: Arame Para Prego, Tipo Cabeça: Cônica Axadrezada, Tipo Corpo: Liso, Tipo Ponta: Diamante, Acabamento Superficial: Polido, Bitola: 15 X 18	241392	Quilograma	10	R\$ 20,13	R\$ 201,13
9	Prego Com Cabeça Material: Aço, Tipo Cabeça: Chata, Tipo Corpo: Liso, Tipo Ponta: Comum, Bitola: 18 X 30	317908	Quilograma	10	R\$ 16,59	R\$ 165,90
10	Prego Com Cabeça Material: Ferro Comum, Tipo Cabeça: Chata, Tipo Corpo: Liso, Acabamento Superficial: Polido, Bitola: 17 X 21	330577	Quilograma	10	R\$ 20,87	R\$ 208,70
11	Prego Sem Cabeça Material: Aço Carbono, Bitola: 8 X 8	334681	Quilograma	10	R\$ 25,78	R\$ 257,80

12	Prego Sem Cabeça Material: Aço Carbono, Tipo Ponta: Normal, Bitola: 10 X 10	372869	Quilograma	10	R\$ 31,05	R\$ 310,50
13	Prego Sem Cabeça Material: Arame Para Prego, Tipo Cabeça: Cônica Axadrezada, Tipo Corpo: Liso, Tipo Ponta: Diamante, Acabamento Superficial: Polido, Bitola: 10 X 12	443412	Quilograma	10	R\$ 21,48	R\$ 214,80
14	Prego Sem Cabeça Material: Aço Carbono, Tipo Ponta: Normal, Bitola: 15 X 15	372866	Quilograma	10	R\$ 19,42	R\$ 194,20
15	Prego Sem Cabeça Material: Aço Carbono, Bitola: 13 X 18	335587	Quilograma	10	R\$ 19,30	R\$ 193,00
16	Prego Sem Cabeça Material: Aço Carbono, Bitola: 16 X 24	335360	Quilograma	10	R\$ 13,61	R\$ 136,10
17	Prego Sem Cabeça Material: Aço Carbono, Tipo Ponta: Normal, Bitola: 17 X 27	372867	Quilograma	10	R\$ 15,46	R\$ 154,60
18	Prego Sem Cabeça Material: Ferro Comum, Tipo Corpo: Liso, Tipo Ponta: Normal, Acabamento Superficial: Polido, Aplicação: Madeira, Bitola: 17 X 21	330135	Quilograma	10	R\$ 15,63	R\$ 156,30
19	Dobradiça Material: Aço, Tipo: Pressão / Caneca, Aplicação: Porta De Armário, Diâmetro: 35 MM, Características Adicionais: Reta / Ângulo Abertura Entre 90 E 110 Graus, Acabamento: Niquelado	394300	Unidade	50	R\$ 7,30	R\$ 365,00

20	Tábua Madeira Espécie: Ipê, Largura: 20 CM, Espessura: 2 CM, Características Adicionais: Puro Cerne, Aplicação: Piso	483281	Unidade	40	R\$ 589,63	R\$ 23.585,20
21	Porta Tipo: Lisa, Padrão Madeira: Compensado, Largura: 90 CM, Espessura: 3 CM, Comprimento: 2,10 C	256615	Unidade	20	R\$ 185,74	R\$ 3.714,80
22	Porta Tipo: Lisa, Padrão Madeira: Mogno, Acabamento Superficial: Envernizada, Largura: 80 CM, Espessura: 3 CM, Comprimento: 2,10 CM, Características Adicionais: Para Interior Encabeçada	234373	Unidade	20	R\$ 179,30	R\$ 3.586,00
23	Madeira Construção Tipo Madeira: Jatobá, Formato: Viga, Comprimento: 7 M, Largura: 12 CM, Espessura: 7 CM, Acabamento: Aparelhada	242922	Unidade	20	R\$ 200,50	R\$ 4.010,00
24	Madeira Construção Tipo Madeira: Cedrinho, Formato: Tábua, Comprimento: 5 M, Largura: 30 CM, Espessura: 2,50 C	244973	Unidade	20	R\$ 59,83	R\$ 1.196,60
25	Pedra Afilar Tipo: Dupla Face, Comprimento: 20 CM, Largura: 7,5 CM, Espessura: 2,5 CM, Especificação: Carbureto Silício	264544	Unidade	6	R\$ 27,25	R\$ 163,50
26	Lápis Tipo: Carpinteiro, Cor: Preta	316333	Unidade	6	R\$ 5,00	R\$ 30,00

27	Compensado Madeira Material: Madeira Mdf, Comprimento: 2,75 M, Largura: 1,83 M, Espessura: 6 MM, Características Adicionais: Branco / Dupla face	406320	Unidade	20	R\$ 183,12	R\$ 3.662,40
28	Compensado Madeira Material: Mdf , Comprimento: 2,75 M, Largura: 1,84 M, Espessura: 9 MM, Aplicação: Fabricação De Peças Em Madeira, Características Adicionais: Branca / Uniface	460957	Unidade	20	R\$ 193,37	R\$ 3.867,40
29	Compensado Madeira Material: Pinho, Comprimento: 2,20 M, Largura: 1,60 M, Espessura: 6 M	464019	Unidade	20	R\$ 130,95	R\$ 2.619,00
30	Compensado Madeira Material: Virola Naval, Comprimento: 2,20 M, Largura: 1,60 M, Espessura: 10 M	337603	Unidade	20	R\$ 234,33	R\$ 4.686,60
31	Compensado Madeira Material: Virola Naval, Comprimento: 2,20 M, Largura: 1,60 M, Espessura: 15 M	336851	Unidade	20	R\$ 317,67	R\$ 6.353,40
32	Compensado Madeira Comprimento: 2 M, Largura: 1,60 M, Espessura: 18 MM, Aplicação: Fabricação De Peças Em Madeira, Tipo: Naval	301344	Unidade	20	R\$ 242,24	R\$ 4.844,80

33	Compensado Madeira Material: Pinho, Comprimento: 2,20 M, Largura: 1,60 M, Espessura: 20 MM, Aplicação: Material De Manutenção	275166	Unidade	10	R\$ 302,33	R\$ 3.023,30
34	Placa Madeira Tipo: Mdf , Comprimento: 2,75 M, Largura: 1,83 M, Espessura: 9 MM, Acabamento Superficial: Laminado Melamínico, Cor: Branca	332048	Unidade	20	R\$ 201,55	R\$ 4.031,00
35	Laminado Madeira Tipo Madeira: Mdf , Comprimento: 2,75 M, Largura: 1,83 M, Espessura: 9 MM, Cor: Branca, Características Adicionais: Dupla Face	271144	Unidade	20	R\$ 302,66	R\$ 6.053,66
36	Compensado Madeira Material: Madeira Mdf , Comprimento: 2,75 M, Largura: 1,83 M, Espessura: 15 MM, Características Adicionais: Branco / Dupla face	406321	Unidade	20	R\$ 273,70	R\$ 5.474,00
37	Placa Madeira Tipo: Mdf , Comprimento: 2,75 M, Largura: 1,85 M, Espessura: 15 MM, Acabamento Superficial: Texturizado, Cor: Branca	372526	Unidade	20	R\$ 280,59	R\$ 5.611,80
38	Verniz Acabamento: Brilhante, Cor: Imbúia , Características Adicionais: Filtro Solar/Proteção Sol E Chuva, Aplicação: Interior E Exterior	376635	Lata 3,6 ML	5	R\$ 104,03	R\$ 520,15

39	Verniz Acabamento: Brilhante, Cor: Mogno, Características Adicionais: Secagem Rápida, Aplicação: Interior E Móveis Em Geral, Método Aplicação: Pincel E Boneca	289607	Galão 3,6ML	10	R\$ 165,01	R\$ 1.650,10
40	Verniz Acabamento: Brilhante, Cor: Incolor, Características Adicionais: Secagem Rápida, Aplicação: Madeira	313510	Galão 3,6ML	10	R\$ 130,12	R\$ 1.301,20
41	Placa Compensado Tipo: Comum, Tipo Miolo: Pinus, Acabamento Externo: Cedro, Comprimento: 2,20 M, Largura: 1,60 M, Espessura: 4 MM, Aplicação: Móveis Em Geral/Divisórias/Revestime ntos/Forros/	460961	Unidade	20	R\$ 111,36	R\$ 2.227,20
42	Placa Compensado Tipo: Comum, Tipo Miolo: Lâminas De Madeira, Acabamento Externo: Resinado, Comprimento: 2,20 M, Largura: 1,10 M, Espessura: 6 M	257782	Unidade	10	R\$ 78,42	R\$ 784,20
43	Placa Compensado Tipo: Comum, Tipo Miolo: Pinus, Acabamento Externo: Resinado, Comprimento: 2,20 M, Largura: 1,10 M, Espessura: 10 M	430543	Unidade	20	R\$ 164,00	R\$ 3.280,00
44	Placa Compensado Tipo: Comum, Tipo Miolo: Lâminas De Madeira, Acabamento Externo: Resinado, Comprimento: 2,20 M, Largura: 1,10M, Espessura: 18 M	248525	Unidade	10	R\$ 181,33	R\$ 1.813,30

45	Tábua Madeira Espécie: Pinus, Comprimento: 3 M, Largura: 30 CM, Espessura: 2 C	396619	Unidade	20	R\$ 61,73	R\$ 1.234,60
46	Sarrafo Material: Pinus, Aplicação: Construção Civil, Largura: 10 CM, Espessura: 2,50 C	289865	Unidade	20	R\$ 20,88	R\$ 417,60
47	Disco Corte Material: Widea, Diâmetro: 250 MM, Diâmetro Furo: 30 MM, Aplicação: Corte De Madeira, Quantidade Dentes: 80	479382	Unidade	2	R\$ 243,90	R\$ 487,80
48	Cantoneira Metal Ferroso Material: Ferro, Tipo: Abas Iguais, Largura Abas Iguais: 3/4 POL, Espessura: 1/8 PO	375361	Barra 6MT	10	R\$ 48,59	R\$ 485,90
49	Cantoneira Metal Ferroso Material: Ferro, Tipo: Abas Desiguais, Largura Aba Maior: 3/4 POL, Largura Aba Menor: 3/16 POL, Espessura: 3 MM, Comprimento: 6	263475	Barra 6MT	10	R\$ 90,26	R\$ 902,60
50	Barra Chata Material: Aço Carbono, Bitola: 3/4 X 1/8 POL, Comprimento: 6	360372	Barra 6MT	10	R\$ 28,99	R\$ 289,90
51	Disco Corte Material: Óxido De Alumínio E Fibra De Vidro, Altura: 1/8 POL, Diâmetro Furo: 3/4 POL, Velocidade Máxima: 5.100 RPM, Aplicação: Industrial, Tipo: Policorte, Características Adicionais: Tela Reforço Em Fibra De Vidro, Diâmetro Externo: 12 PO	312485	Unidade	20	R\$ 23,09	R\$ 461,80

52	Disco Corte Material: Óxido Alumínio, Diâmetro: 4 1/2 POL, Diâmetro Furo: 7/8 POL, Aplicação: Aço E Ligas Materiais Ferrosos Em Geral, Espessura: 1/8 PO	482967	Unidade	20	R\$ 6,39	R\$ 127,80
53	Eletrodo Solda Material Indicado: Aço Baixo E Médio Teor Carbono, Diâmetro: 2,50 MM, Normas Técnicas: Aws A5.1/81, Classe E-6013	431110	Caixa 1KG	20	R\$ 65,57	R\$ 1.311,40
54	Eletrodo Solda Material Indicado: Aço Baixo E Médio Teor Carbono, Diâmetro: 2,50 MM, Normas Técnicas: Aws A5.1/81, Classe E-6013	431110	Lata 5KG	20	R\$ 123,45	R\$ 2.469,00
55	Eletrodo Solda Material Indicado: Aço Baixo E Médio Teor Carbono, Diâmetro: 2 MM, Normas Técnicas: Aws A5.1/81, Classe E-6013	431109	Caixa 1KG	20	R\$ 33,37	R\$ 667,40
56	Eletrodo Solda Material Indicado: Aço Baixo E Médio Teor Carbono, Forma: Vareta, Diâmetro: 3,25 MM, Comprimento: 350 MM, Normas Técnicas: Aws E 7018	396595	Caixa 1KG	20	R\$ 24,11	R\$ 482,20
57	Eletrodo Solda Material Indicado: Aço Carbono, Forma: Vareta, Diâmetro: 2,50 MM, Comprimento: 350 MM, Normas Técnicas: Aws Sfa 5.1 E 7018, Características Adicionais: Cilíndrico E Revestido	377783	Caixa 1KG	20	R\$ 25,88	R\$ 517,60

58	Tubo Metalon Formato: Retangular, Espessura Chapa: 18 MM, Seção: 50 X 30 MM, Aplicação: Estruturas Metálicas Em Geral/Portas E Portões, Tipo Aço: Sae 1020	300731	Barra 6MT	10	R\$ 98,33	R\$ 983,30
59	Tubo Metalon Formato: Quadrangular, Espessura Chapa: 15 MM, Seção: 40 X 40 MM, Aplicação: Estruturas Metálicas Em Geral/Portas E Portões	240197	Barra 6MT	10	R\$ 150,03	R\$ 1.500,30
60	Tubo Metalon Espessura Chapa: 18 MM, Seção: 25 X 25 MM, Aplicação: Material Hidráulico, Comprimento: 6	265208	Barra 6MT	10	R\$ 52,71	R\$ 527,10
61	Tubo Metalon Formato: Quadrangular, Espessura Chapa: 18 MM, Seção: 15 X 15 MM, Aplicação: Estruturas Metálicas Em Geral/Portas E Portões	255730	Unidade	10	R\$ 30,26	R\$ 302,60
62	Tubo Aço Especificação: Galvanizado, Diâmetro Externo: 1 POL, Comprimento: 6 M, Características Adicionais: Chapa 18	466328	Unidade	10	R\$ 273,61	R\$ 2.736,10
63	Tubo Ferro Galvanizado Material: Ferro Fundido Maleável, Bitola: 1 1/2 POL, Comprimento Peça: 6 M, Aplicação: Instalações Hidráulicas, Tipo Fixação: Roscável	241978	Unidade	10	R\$ 310,17	R\$ 3.101,70

64	Tubo Ferro Galvanizado Material: Ferro Fundido Maleável, Bitola: 1 POL, Comprimento Peça: 6 M, Aplicação: Instalações Hidráulicas, Tipo Fixação: Roscável	241980	Unidade	10	R\$ 193,60	R\$ 1.936,00
65	Tubo Ferro Galvanizado Material: Ferro Fundido Maleável, Bitola: 2 POL, Comprimento Peça: 6 M, Aplicação: Instalações Hidráulicas, Tipo Fixação: Roscável	241981	Peça 6MT	10	R\$ 257,60	R\$ 2.576,00
66	Chapa Aço Material: Aço, Espessura: 2 MM, Comprimento: 2 M, Largura: 1 M, Acabamento: Galvanizada	449627	Unidade	40	R\$ 320,79	R\$ 12.831,60
67	Válvula Corta-Chama Material: Latão, Tipo: Seca, Diâmetro Rosca: 9/16 POL, Tipo Rosca: Unf Direita, Utilização: Na Entrada De Maçaricos	447832	Unidade	15	R\$ 68,81	R\$ 1.032,15
68	Válvula Corta-Chama Material: Latão, Tipo: Seca, Diâmetro Rosca: 9/16 POL, Tipo Rosca: Unf Especial, Utilização: Saída De Reguladores De Gás, Aplicação: Gás Acetileno	447687	Unidade	15	R\$ 79,45	R\$ 1.191,75
69	Arruela Material: Aço Carbono, Diâmetro Interno: 1/2 POL, Tratamento Superficial: Galvanizado, Tipo: Lisa, Características Adicionais: Redonda	390317	Unidade	40	R\$ 0,76	R\$ 30,40

70	Vareta Solda Material: Aço Carbono Aws Er 70s 3, Diâmetro: 3,18 MM, Comprimento: 1 M, Tipo: Cobreado, Aplicação: Solda Tig	472734	Caixa 1KG	15	R\$ 36,09	R\$ 541,35
71	Arame Solda Material Indicado: Aço Cobreado, Processo Soldagem: Mig/Mag , Diâmetro: 2,38 MM, Características Adicionais: Para Soldagem Oxicetilênica	355798	Bobina 15KG	10	R\$ 304,60	R\$ 3.046,00
72	Arame Solda Material Indicado: Aço Carbono, Processo Soldagem: Mig/Mag , Diâmetro: 0.80 MM, Características Adicionais: Aws A5.18/79, Classe Er-70s-6	416542	Bobina 15kg	10	R\$ 314,57	R\$ 3.145,70
73	Disco Desbaste Material: Óxido Alumínio, Diâmetro: 115 MM, Diâmetro Furo: 22,23 MM, Velocidade Máxima: 13.370 RPM, Aplicação: Material Ferroso Em Geral, Espessura: 1 M	446555	Unidade	20	R\$ 7,03	R\$ 140,60
74	Disco Corte Material: Aço Diamantado, Diâmetro: 115 MM, Diâmetro Furo: 22,20 MM, Aplicação: Concreto E Alvenaria, Espessura: 1,20M	463236	Unidade	30	R\$ 62,34	R\$ 1.870,20
75	Disco Corte Material: Óxido Alumínio, Diâmetro: 115 MM, Diâmetro Furo: 22,22 MM, Características Adicionais: Reforçado Tela Fibra De Vidro, Espessura: 1 M	456292	Unidade	40	R\$ 21,48	R\$ 859,20

76	Disco Desbaste Material: Fibra De Vidro, Especificação: Grão 120, Diâmetro: 4 1/2 POL, Diâmetro Furo: 7/8 POL, Velocidade Máxima: 13.300 RPM, Característica Adicionais: Desbaste Tipo Flap	475834	Unidade	50	R\$ 11,41	R\$ 570,50
77	Disco Desbaste Material: Fibra De Vidro, Especificação: Grão 80, Diâmetro: 4 1/2 POL, Diâmetro Furo: 7/8 POL, Velocidade Máxima: 13.300 RPM, Característica Adicionais: Desbaste Tipo Flap	475835	Unidade	30	R\$ 10,33	R\$ 309,90
78	Chapa Aço Espessura: 0,95 MM, Comprimento: 2 M, Largura: 1 M, Acabamento: Galvanizada, Características Adicionais: Chapa 20	441880	Unidade	15	R\$ 155,40	R\$ 2.331,00
79	Fita Isolante Elétrica Material Básico: Pvc Auto- Extinguível, Resistência À Tensão: Até 750 V, Cor: Preta, Classe Temperatura: 105 °C, Largura Nominal: 19 MM, Espessura Nominal: 0,19 MM, Comprimento Nominal: 20	446916	Unidade	50	R\$ 16,74	R\$ 837,00
80	Fita Isolante Elétrica Material Básico: Filme De Pvc, Largura Nominal: 18 MM, Comprimento Nominal: 20	344948	Unidade	45	R\$ 25,31	R\$ 1.138,95

81	Perfil Metal Ferroso Material: Ferro, Formato Seção: U, Largura: 75 MM, Altura: 40 MM, Espessura Chapa: 2,65 MM, Comprimento: 6 M, Aplicação: Estrutura Metálica	447909	Barra 6MT	30	R\$ 180,83	R\$ 5.424,90
82	Porta-Cadeado Material: Ferro, Tratamento Superficial: Zincado, Acabamento Superficial: Não Aplicável, Comprimento: 85 MM, Altura: 32 MM, Espessura: 1,50 MM, Quantidade Parafusos: 5 UN, Diâmetro Parafusos: 3,20 MM, Comprimento Parafusos: 16 MM, Largura Fio Passante: Não Aplicável MM, Espessura Fio Passante: Não Aplicável MM, Características Adicionais: Não Aplicável	217176	Unidade	40	R\$ 21,40	R\$ 856,00

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do Termo de Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº14.133, de 2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme consta nas informações básicas deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

1.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única, no seguinte endereço: Estrada São Pedro de Alcântara nº3506, Magalhães Bastos, Rio de Janeiro - RJ

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos

que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1 o prazo de validade;

- 8.12.2 a data da emissão;
- 8.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5 o valor a pagar; e
- 8.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios *sociais*, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% [cinco] do valor total estimado da contratação;

9.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Speed.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente em plena validade;

9.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.31.1 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.31.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$157.348,85 (cento e cinquenta e sete mil trezentos e quarenta e oito reais e oitenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos **em anexo**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.


11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.


12. DISPOSIÇÕES FINAIS

As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Magalhães Bastos, RJ, 20 de fevereiro de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **VITOR LUIZ DA COSTA SOARES**
Data: 26/02/2026 14:39:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

VITOR LUIZ DA COSTA SOARES – 3º SGT
Integrante da Equipe de Planejamento

Documento assinado digitalmente
 **WANDERCLEIDSON DA SILVA RODRIGUES**
Data: 26/02/2026 16:01:42-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

WANDERCLEIDSON DA SILVA RODRIGUES – Ten Cel
Autoridade Competente